



A direção burocrática da Apeoesp impõe a derrota ao movimento, ao se recusar a chamar a greve, escancarando sua traição à categoria em colaboração direta com o governo Tarcísio/Feder

 O ascenso e o acirramento das lutas permeou todo o primeiro semestre de 2024. Atualmente, as Universidades Federais encontram-se, em sua maioria, em greve. Vimos, no dia 03 de junho, a ocupação da ALEP pelos docentes e funcionários das escolas da rede estadual do Paraná, na tentativa de barrar os ataques privatistas do governo de Ratinho JR. Em Minas Gerais, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação afirmou em suas mídias que os trabalhadores estaduais paralisarão suas atividades nos dias 11, 12 e 13 de junho, pelo pagamento do piso salarial nacional, valorização dos trabalhadores da educação e demais ataques à categoria promovidos pelo governo Zema. Já no Estado de São Paulo, na contramão das greves, encontra-se a direção da APEOESP, esforçando-se para controlar e conter a revolta dos professores que tentam

erguer a greve, diante da demissão em massa e dos contínuos ataques do governo Tarcísio/Feder, que vem aplicando no Estado de São Paulo as medidas ditadas pelo capital financeiro internacional (privatizações, maior repressão, ataques às condições de vida e trabalho), ao qual o governo federal também se submete, por meio da política fiscal baseada no sustento do parasitismo financeiro.

O que ocorre na APEOESP não é mera coincidência, através da direção, a conciliação de classes da frente ampla Lula/Alckmin se instaura e coleciona derrotas para a categoria dos professores. Se levantasse a luta para se enfrentar as políticas de Tarcísio no âmbito estadual, estaria diretamente se chocando com os interesses de frações da burguesia, que manejam o atual governo e, assim, impulsionaria as lutas em outras esferas. Por isso, não unificou com os mu-

nicipais de São Paulo, quando estavam em greve, e não deflagrou a greve agora, não fortalecendo a dos federais. Assim, a direção traidora e conivente com as políticas dos atuais governos Estadual e Federal capitula diante da necessária posição de independência de classe perante os governos burgueses. Teme a ação de suas bases, por conhecer sua insatisfação, e trava a categoria, deixando o caminho livre para que o governo Tarcísio/Feder prossiga com suas medidas de ataques. Dessa forma, Tarcísio não precisa nem mesmo reprimir um movimento grevista, a própria direção leva a categoria à derrota. Com isso, Tarcísio segue aplicando medidas reacionárias, seu direitismo não é atacado ou combatido, e se fortalece. **A traição das direções fortalece a ascensão da direita. O verdadeiro combate à direita se dá com a defesa das reivindicações e os métodos da luta de classes.** 

Escola cívico-militares

Abaixo a aprovação do Programa Escola-Cívico Militar

 O governo do estado de SP conseguiu aprovar o projeto de lei complementar 09/2024, sobre a implementação do Programa Escola Cívico-militar. A medida se soma aos ataques aos estudantes e ao funcionalismo público da educação. O governo de Tarcísio de Freitas/Republicanos tem agido de todas as formas para dar continuidade ao sucateamento e destruição dos serviços. Na Educação do Estado de SP, como se não bastasse a implementação das plataformas, a ampliação de escolas de tempo integral e a demissão de 40 mil professores, agora, o governo se vale de seu próprio programa de escola cívico-militar.

A espera é que de 50 a 100 escolas civis-militares estejam em funcionamento em 2025. Com salários para oficiais da reserva que poderão chegar a R\$ 9 mil, serão reservados, para pagamento de monitores militares, R\$ 7,2 milhões do orçamento anual da Educação, nas escolas em que muitas vezes falta o básico, mas tem dinheiro para os capitalistas da educação, e agora para a polícia.

Sob a mentira burguesa de que o programa objetiva criar um ambiente com mais “segurança, disciplina e civismo”, a lei complementar determina que as escolas que participarão do programa serão as que estiverem com índices de rendimento escolar inferiores à média estadual, e em regiões de maior vulnerabilidade social e fluxo escolar, como abandono e reprovação. No entanto, o que está por trás desse projeto é a necessidade de reprimir a

juventude empobrecida das periferias, que já vivem sob o jugo da violência típica de uma sociedade dividida em classes.

O estado capitalista é incapaz de dar solução aos problemas que nascem de suas próprias contradições. O problema da violência, abandono e a falência no ensino é usado apenas como pretexto, para os governos burgueses armarem os discursos das mais diversas matizes para trazer a “solução”, que na prática não passam de pretextos para desferir mais ataques.

A PLC 09/2024, aprovada em 21 de maio, teve seu enfrentamento submetido ao ato na ALESP, no dia da votação. A burocracia sindical foi incapaz de mobilizar as bases para enfrentar o programa cívico-militar, os poucos estudantes e professores que estavam presentes foram alvos da truculência policial nesse dia. Os burocratas agem de maneira formal e com fins eleitoreiros, para dizer que fizeram o enfrentamento.

Professores, para combater toda e qualquer ofensiva militarizante da burguesia e de seus governos sobre a educação, isso só será possível por meio da luta coletiva, o que significa erguer uma greve com atos, piquetes e bloqueios de avenidas. É necessário que as bases combatam o imobilismo em que o sindicato se encontra, exigindo a unificação da nossa luta contra as demissões, fechamentos de sala, as PEIs e agora o projeto de escolas cívico-militares. É necessário defender as condições de trabalho, estudo e a vida da juventude, com os métodos próprios da classe operária. 

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES MANTÉM A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

 O concurso público foi no passado uma conquista dos trabalhadores, em um momento que os cargos públicos estavam submetidos às indicações do executivo. Foi uma conquista importante, principalmente por consolidar a estabilidade dos servidores públicos.

Infelizmente, na conjuntura atual, se tornou um pesadelo para a maioria dos trabalhadores que querem ingressar nos serviços públicos, pois, os governos passaram a utilizar o concurso como elemento para demitir, utilizando a meritocracia para responsabilizar o trabalhador por sua própria demissão. Além desse novo caráter atribuído aos concursos, outros mecanismos foram sendo incorporados, para dificultar ainda mais o acesso aos cargos, tais como critérios mais rigorosos para ser aprovado nas provas, o que atualmente inclui inclusive videoaula, que foi um dos fatores utilizados para justificar a eliminação de muitos dos professores no último concurso.

Não bastando os critérios, efetivará menos de 15 mil professores, alegan-

do que não há cargos nas escolas do estado, quando na verdade pretende manter e ampliar os contratos precarizados. Tanto que já convocou novo concurso, apenas para contratação de temporários.

Soma-se ao interesse de manter os contratos precarizados, o fechamento de salas de aula, principalmente do período noturno, que atendem os alunos do ensino médio com aplicação da reforma do ensino médio, a que que reduziu drasticamente disciplinas da grade curricular, o que também colabora para diminuição de cargos/postos de trabalho.

O governo autoritário de Tarcísio e Feder impõe aos professores contratados mais um processo seletivo, com provas e vídeo para 2025, quando sequer iniciou a chamada do concurso anterior, ainda não homologado.

Além disso, impôs nas escolas mais uma medida autoritária: a chamada "recondução", que obriga os trabalhadores da Categoria O a cumprirem com as metas fixadas pelo governo, realizarem todas as tarefas impostas pelas plataformas semanalmente, e não terem

faltas, para serem "premiados" com a "recondução", ou seja, se lhes permitirá permanecer na mesma escola no próximo ano. Quem avaliará se o professor contratado cumpre com esses absurdos será a diretora ou diretor, além do próprio governo. Para "merecer" ficar no mesmo cargo e na mesma escola, os Categoria O terão de baixar a cabeça, aceitar o autoritarismo de aplicar os conteúdos e as tarefas das plataformas, e não faltar, ou correrão o risco de ficarem desempregados ou serem enviados para uma outra escola, como punição.

Nós, da CSM G.L., atuamos na Apeoesp e sabemos que os concursos de provas e títulos, além dos problemas já apontados, também eliminaram na rede estadual o tempo de serviço de dedicação dos professores como critério de atribuição de aulas. Portanto, **defendemos efetivação a todos os contratados, sem a necessidade de concurso, reabertura de períodos e salas fechadas, redução do número de alunos por salas, e fim da reforma do ensino médio que também é uma farsa.** ●

A rejeição da greve pela direção do sindicato abriu e continua abrindo caminho para as medidas de ataques de Tarcísio/Feder *Para combater o corte de verbas da educação paulista, é preciso derrotar o governo nas ruas!*

 A presidente da Apeoesp, Bel, está convocando os professores para uma vigília na Assembleia Legislativa, durante a discussão na Alesp do projeto do governo que estabelece um corte de 5% dos 30% das verbas estaduais destinadas à educação. Chama para todos os dias da semana de 17 a 21 de junho, desde as 9h da manhã.

A pressão parlamentar, as disputas eleitorais e a judicialização são a

essência da política da atual direção sindical da Apeoesp. Procuram desviar toda e qualquer tendência de mobilização da categoria para essas vias. A demissão de 40 mil categoria O neste ano, sem qualquer resistência, foi a maior traição que fizeram. E que prosseguiu ao longo deste semestre. O governo de extrema direita não precisou agir repressivamente e enfrentar a mobilização dos professores e professoras. Foi a direção (com ajuda

da maioria da Oposição) que conteve as tendências de luta e impediu a greve. Deixou assim o governo com as mãos livres para ir aplicando suas medidas reacionárias. É o que se passa também na Alesp, onde o governo aprova privatizações dos serviços públicos, escolas cívico-militares e agora fará o mesmo com o corte de verbas.

O discurso dessa direção é de "combate ao fascismo", mas a sua prática é de favorecer seu

fortalecimento, anulando a força que pode derrotá-lo: a luta de classes, as greves, as ocupações, bloqueios de ruas e avenidas.

A política de pressão parlamentar só pode levar a mais uma derrota da classe e vitória de Tarcísio. O governo de extrema direita pode ser derrotado: com a ação direta das massas. A resposta à ameaça de corte de verbas deve ser a convocação da assembleia geral e a organização a greve. ●

PALESTINA

Pela derrota do sionismo e do imperialismo

UCRÂNIA

Derrota militar da OTAN e o imperialismo